



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

TOMADA DE PREÇOS Nº03/2020
(Processo Administrativo 64494.007653/2020-40)

1 OBJETO

1.1 Contratação de Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos para instalações de combate a incêndio e acessibilidade, na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (6ª RM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de Serviço Técnico de Engenharia.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico nº 19/2020.

1.4 O contrato terá vigência pelo período de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

1.4.1 O prazo para execução do serviço deste projeto básico será de 04 (quatro) meses.

1.4.2 A conclusão do serviço deverá ser comunicada por escrito pela contratada até 8 (oito) dias úteis após o encerramento do prazo de execução.

1.4.3 A contratante deverá providenciar o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, conforme estabelece o Art. 73, da Lei nº 8.666/93.

1.5 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa para a contratação deste serviço se dá pelo fato da necessidade de executar projetos de combate a incêndio com a finalidade de se adequar a legislação vigente do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, bem como, atender as exigências do Ministério Público em relação a projetos de acessibilidade.

2.1.1 As especificações e demais exigências deste projeto básico, com relação ao Projeto de Combate a Incêndio, foram elaboradas visando a atender a garantia da segurança à vida das pessoas que se encontrarem no interior das edificações, prevenção da conflagração e propagação do incêndio, proteção do conteúdo e a estrutura do edifício e redução de danos materiais.

2.1.1.1 As especificações e demais exigências deste projeto básico, com relação ao Projeto de Acessibilidade, foram elaboradas visando garantir a toda e qualquer pessoa com necessidade especial ou mobilidade reduzida, transitar por espaços públicos, sem que seja encontrada barreiras arquitetônicas que impossibilitem o trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência.

2.1.2 As especificações técnicas da obra estão descritas no Apêndice I-e– Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. Os quantitativos, custos unitários e custo total dos serviços que serão executados estão descritos no Apêndice I-f– Planilha de Orçamento Estimativo.

2.1.3 O serviço será executado por administração indireta, mediante a contratação de empresa especializada através do regime de execução por empreitada por preço unitário. Observa-se, portanto, que o regime de execução está de acordo com o Acórdão do TCU número 1.977/2013-Plenário, Item 29 e a Lei nº 8.666, de 1993.

2.1.4 Serviços mais relevantes: Execução de projetos:

1. Projeto de prevenção e combate a incêndio, com aprovação do CBM (Corpo de Bombeiro Militar), e quantitativo mínimo de 3.000 m²

2. projeto de Acessibilidade com quantitativo mínimo de 3.000 m².

2.1.5 Este documento fará parte de contratos que vierem a ser celebrados pelo Exército Brasileiro para a execução de obras de engenharia, independentemente de transcrição. No ato de assinatura do contrato, o representante da CONTRATADA deve rubricar todas as suas páginas como prova de seu assentimento ao que nelas se achar contido.

2.1.6 Devem ser utilizadas neste documento, além das já consagradas pelo uso, as seguintes expressões e abreviaturas:

2.1.6.1 SRO/6 – Serviço Regional de Obras da 6ª RM;

2.1.6.2 Contratante: EsFCEEx – Escola de formação Complementar do exército;

2.1.6.2 FISCALIZAÇÃO – Engenheiro ou preposto credenciado pelo SRO/6, encarregados de fiscalizar o andamento da execução de obra e serviço de engenharia; e

2.1.6.3 CONTRATADA– Empresa declarada vencedora adjudicatária desta licitação, para a execução de serviço ou obra de engenharia

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

(JUSTIFICATIVA: SUPRESSÃO da presente cláusula tendo em vista que não será adotada a IN 5/2017, com amparo no Acórdão TCU-Plenário nº 719/2018, de 04 Abr 2018.)

4 DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de Serviço Técnico de Engenharia, a ser contratada mediante licitação na modalidade Tomada de Preços.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A elaboração de estudos e projetos básicos e executivos para instalação de combate a incêndio e acessibilidade no Batalhão tem intuito de adequar as suas instalações de Combate a Incêndio, em conformidade com o Decreto nº 16302, de 27 de agosto de 2015, que estabelece normas e medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações, estruturas e áreas de risco no Estado da Bahia, e Lei nº 12.929/2013 para a aquisição do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros), assim como adequação a norma de acessibilidade NBR 9050/2015 de forma a garantir a mobilidade e utilização de suas instalações por Portadores de Necessidades Especiais.

5.1.4 O contrato terá duração de 360 (Trezentos e Sessenta) dias (duração do contrato).

5.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.3 As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Projeto Básico.

6 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução da obra, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:00 horas às 16:00. Horas e na sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone do Serviço Regional de Obras da 6ª Região Militar – SRO/6 (71) 3372.4195.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução da obra, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E SEU RECEBIMENTO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 A execução dos serviços será iniciada após a emissão da ordem de serviço pelo SRO/6, cujas etapas observarão o Apêndice I-I – Cronograma Físico e Financeiro.

7.1.2 Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

7.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.4 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.1.4.1 Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

7.1.4.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

7.2 Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

7.3 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.1 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.3.2 O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

7.3.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 4.5 não ser procedida dentro no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

7.3.4 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5 A execução dos serviços será iniciada a partir da data constante da Ordem de serviço emitida pela Contratante.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1 Os autores que participaram da gestão do contrato são o ordenador de despesas, o fiscal de contrato e demais integrantes do 1º Grupamento de Engenharia e da 6ª RM caso necessário.

8.2 O mecanismo de comunicação estabelecido entre a empresa contratada e o contratante fica a cargo do Comandante da OM juntamente com a fiscalização do SRO/6.

8.3 Atentar que, no caso de serviços que devam ser implementados por etapas ou no caso de serviço prestado com regime de mão de obra exclusiva, os quais necessitem de alocação gradativa de pessoal, os pagamentos à contratada devem ser realizados em conformidade com esses critérios.

8.4 O pagamento dos serviços será realizado conforme medição dos serviços entregues e aprovados.

8.5 O prazo para a elaboração dos Projetos e o Cronograma de Pagamentos será conforme estabelecido na tabela abaixo:

ETAPAS DE PROJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PAGAMENTO
Anteprojeto	Até 45 dias	15%
Projeto básico	45 dias	35%
Projeto executivo	30 dias	50%

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário

9.1.1 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

9.1.2 As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.

9.1.3 A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para o CONTRATADO.

9.1.4 Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar ao CONTRATADO a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pelo CONTRATADO sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

9.1.5 O CONTRATADO deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais a serem empregados, e cada lote ou partida de material será confrontado com respectiva amostra previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

9.1.6 Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pelo CONTRATADO, as amostras serão cuidadosamente conservadas no canteiro de obras, até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

9.1.7 Caberá ao CONTRATADO executar, na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados. Tais testes serão executados de acordo com as normas pertinentes.

9.1.8 A garantia dos equipamentos instalados passa a vigorar a partir do recebimento do objeto, e em hipótese alguma poderá ser menor que o período disponibilizado pelo fabricante, ou 1 (um) ano. Caso a garantia do fabricante tenha findado antes desse interregno mínimo, a CONTRATADA deverá arcar com todas à custa de manutenção e, se for o caso, mobilização de equipes/equipamentos e até a substituição do material.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.6 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

10.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

10.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

10.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.11.1 "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

10.11.3 Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

10.11.4 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

10.11.6 Arquivo impresso (2 vias) e digital (CD) do projeto completo, incluindo projeto de detalhes, cortes.

10.11.7 Entregar quantitativos de materiais, e memória de cálculo de dimensionamento de sistemas de hidrantes e chuveiros automáticos, quando necessário.

10.11.8 Deverá apresentar projeto básico e documentação de aprovação ao corpo de bombeiro antes de apresentação ao corpo de bombeiro para fiscalização.

10.11.9 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.12 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar as etapas conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos trabalhos a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5 Vedar a utilização, na execução dos trabalhos, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da obra.

11.9 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

11.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução da obra, durante a vigência do contrato.

11.13 Promover a organização técnica e administrativa da obra, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

11.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da obra e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23 Assegurar à CONTRATANTE: em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução do objeto.

11.25 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.26 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.27 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do objeto;

11.28 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.29 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do objeto, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.30 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.31 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.32 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.33 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.34 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.35 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.36 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.37 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.38 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº

1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.38.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.38.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.38.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.38.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.39 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, § 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.39.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;


11.39.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.39.2.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.39.2.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.39.2.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.39.2.4 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



11.39.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.39.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.40 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.40.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.40.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.40.3 Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.41 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução do objeto, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.42 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.43 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.44 No caso de execução de obra:

11.44.1 Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

11.44.2 Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

11.44.3 Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.44.4 Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.44.5 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.44.6 Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução do objeto do contrato;

11.44.7 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

11.44.8 Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

11.44.9 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

11.45 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

11.45.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

11.47 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do objeto, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do

contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11.48 Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

11.49 Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

11.50 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12 DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.


14 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.



respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos trabalhos deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17 No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

14.17.1 Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

14.17.1.1 Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

14.17.1.2 À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

14.17.1.3 À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

14.17.1.4 Aos depósitos do FGTS; e

14.17.1.5 Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

14.17.2 Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

14.17.3 Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

14.17.4 Somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

14.18 A fiscalização da execução dos trabalhos abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.18.1 Conhecer o inteiro teor do Contrato, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto (bem ou serviço), e seus eventuais aditivos;

14.18.2 Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização;

14.18.3 Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas com qualidade e em respeito à legislação vigente;

14.18.4 Acompanhar rotineiramente a execução do objeto contratado, de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;


14.18.5 Encaminhar as questões que ultrapassam o âmbito das atribuições que lhe foram designadas aos respectivos responsáveis;

14.18.6 Providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

14.18.7 Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

14.18.8 Zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos e correspondente numeração das páginas do processo;

14.18.9 Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrente de glosas que porventura vierem a ocorrer;



14.18.10 Verificar se os comprovantes de pagamento e saldo de Nota de Empenho foram juntados aos respectivos processos.

14.19 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.20 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo da obra, nos termos abaixo.

15.1.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia do objeto executado no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando ~~os serviços previstos para aquela etapa~~, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3 A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.


15.20 recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da comunicação escrita do contratado, da seguinte forma:

15.2.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo objeto, com a finalidade de verificar a adequação do objeto e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação do objeto realizado em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da obra até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



15.2.1.4 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva do objeto executado.

15.2.2 No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório da obra, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do objeto executado, com base nos documentos apresentados; e

15.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.


15.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5A obra poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16 DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco)


dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo da obra, conforme este Projeto Básico

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1 O prazo de validade;

16.4.2 A data da emissão;

16.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4 O período de execução do objeto;

16.4.5 O valor a pagar; e

16.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 Não produziu os resultados acordados;

16.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1 Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução do objeto do contrato.

16.16.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17 REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional do Custo de Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.


17.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato

18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de



prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do Art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

19.2.3 Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 90 dias após o término da vigência contratual.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

18.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.


18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições; seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:





18.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5 Cometer fraude fiscal.

19.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;


19.2.2 Multa de:

19.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e



19.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

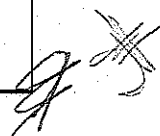
19.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2



Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1

19.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10.1 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.11 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1 Quanto à capacitação técnico-operacional (Qualificação técnica pertinente à empresa): apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

20.3.1.1 Execução de projetos:

1. Projeto de prevenção e combate a incêndio, com aprovação do CBM (Corpo de Bombeiro Militar), e quantitativo mínimo de 3.000 m²

2. projeto de Acessibilidade com quantitativo mínimo de 3.000 m².

20.3.2 Capacidade Técnica Profissional (relativa ao Engenheiro ou Arquiteto indicado como responsável técnico pela obra ou serviço) exigida: Engenheiro Civil, com registro no CREA ou arquiteto com registro no CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica/CAT – Certidão de Acervo Técnico - por execução de projetos com as seguintes características:

20.3.2.1 Projeto de prevenção e combate a incêndio, com aprovação do CBM (Corpo de Bombeiro Militar)

20.3.2.2 projeto de Acessibilidade

20.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1 Valor Global: R\$ 225.501,74 (Duzentos e vinte e cinco mil quinhentos e um reais e setenta e quatro centavos).

20.4.2 Valores unitários: conforme planilha de Orçamento Estimativo anexa ao Projeto Básico.

20.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

21.2 Tal valor foi obtido a partir da utilização de bancos de dados de sistemas de referências consagrados, conforme metodologia prevista no Decreto nº 7983/2013.

22 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1 Gestão/Unidade: 160176 – Comando do 1º Grupamento de Engenharia

22.2 Fonte: 01000000000

22.3 Elemento de Despesa: X.X.XX.XX.XX

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

- Apêndice 1A – Especificações Técnicas do Projeto de Combate a Incêndio
- Apêndice 1B - Especificações Técnicas Acessibilidade
- Apêndice 2 - Orçamento Descritivo- BDI
- Apêndice 3 – BDI
- Apêndice 4 - Memória de Cálculo
- Apêndice 5 - Cronograma Físico Financeiro
- Apêndice 6 - Memorial Justificativo
- Apêndice 7 - Folha-Resumo de Dados Relativo a Aprovação do Projeto
- Apêndice 8 - Estudo Preliminar e Mapa de Risco
- Apêndice 9 – ART
- Apêndice 10 - Planta de Situação

Quartel em Salvador, BA, 19 de fevereiro de 2021.

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES – 2º TEN OTT
Engenheira Civil – CREA/BA 48.655
Adjunto da seção de projetos do SRO/6 – 1º Gpt E

APROVAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO REGIONAL DE OBRAS DA 6ª REGIÃO MILITAR

O Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cmdô do 1º GPT E) não possui em seus quadros Recursos Humanos suficientes para executar diretamente o Serviço de Engenharia; cabe a esta Administração, pela sua atividade fim, proceder a elaboração de Projeto Básico a fim de proporcionar as condições legais e ideais para a contratação de empresa que atue no ramo do objeto. A análise para realização do serviço de engenharia em questão é baseada em cima da descrição feita no Projeto Básico 22/2020-SRO6, expedido pela Engenheira ISIS MORAIS CRUZ FERNANDES – 2º TEN OTT, CREA BA 48.655D.

O Projeto Básico descreve com objetividade e clareza suficiente, todas as etapas a serem executadas para a conclusão do Serviço de Engenharia em questão, citando os procedimentos corretos e adequados a serem seguidos na execução dos trabalhos pertinentes.

1. Não obstante, confirmo que o Projeto Básico fora elaborado por técnico com registro no órgão de classe, estando o mesmo devidamente adequado por possuir os elementos necessários e suficientes para caracterizar o Serviço de Engenharia, pois, desta forma, assegura viabilidade técnica, informa a fonte que deu origem ao valor de referência, cobra as normas previstas.

2. Pelos dados existentes no Projeto Básico constata-se a obediência às legislações vigentes no tocante as normas de segurança do trabalho, administração do serviço, fiscalização, qualidade dos materiais, deveres do CONTRATANTE e do contratado, uma visão clara, transparente e objetiva do que precisa ser executado para a conclusão total do objeto; portanto, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, concluo que o Projeto Básico nº X/2020-SRO-6E está devidamente fundamentado e adequado para atender as necessidades da Administração.


3. O serviço de Engenharia em questão não se enquadra em nenhuma das situações previstas no art. 3º da Resolução nº 237/97 – CONAMA, não sendo, portanto, necessário ao órgão licitante cumprir diligências junto ao órgão ambiental competente.

4. Fica estabelecido que, conforme prescreve o § 2º, do art.9º, da Lei 8.666/93, o(s) Projeto(s) Executivo(s), caso necessário(s), será(ão) desenvolvido(s)/elaborado(s) pela CONTRATADA.

5. Aprovo o Projeto Básico apresentado.

6. Determino o encaminhamento para que seja dado andamento no processo licitatório a cargo do Ordenador de Despesas do Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

Quartel em João Pessoa, PB, ____ de _____ de 2021.



ARTHUR SARAIVA BRITO – CORONEL

Chefe do Serviço Regional de Obras da 6ª Região Militar

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o presente Projeto Básico, em concordância com a aprovação do chefe do Serviço Regional de Obras da 6ª Região Militar, determinando que o mesmo está enquadrado com a legislação vigente, apto a ser encaminhado para adoção dos procedimentos relativos à licitação, mediante utilização da Previsão de Recursos Orçamentários nº _____, aprovada pelo Diretor de Obras Militares em ____ de _____ de 2020.

Quartel em Salvador, BA, ____ de _____ de 2021 .

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

PROJETO BÁSICO 22/2020
APÊNDICE 1A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO DE COMB
ATE A INCÊNDIO

1 – INTRODUÇÃO

Este documento tem por finalidade estabelecer critérios básicos exigíveis para elaboração e entrega de projetos de instalações e prevenção de combate a incêndio e projeto de proteção contra descargas elétricas (SPDA), em toda a área construída da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador, sediadas na cidade de Salvador-BA.

2 – NORMAS TÉCNICAS

Para confecção desse projeto, deverá ser seguido as exigências das Normas Técnicas da ABNT vigentes e demais normas pertinentes, bem como das Instruções Normativas e das demais normas aprovadas no âmbito da CONTRATANTE. Adicionalmente, deverá atender às exigências das concessionárias ou entidades administrativas responsáveis pela aprovação.

Além do projeto propriamente dito, deverá ser apresentado também as especificações técnicas, planilhas de quantitativos, memoriais descritivos do projeto que deverá ser de caráter executivo.

3 – FORMATOS, CARIMBO E QUADRO DE REVISÕES

Os formatos utilizados para as pranchas deverão, preferencialmente, seguir os padrões de pranchas da ABNT (A0, A1, A2, A3 e A4).

Escala a serem utilizadas: 1:50 ou 1:100, detalhes 1:20 ou 1:25.

O carimbo deverá seguir o modelo fornecido pelo Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

O quadro de revisões de modificações deverá estar sempre atualizado e no campo da Descrição deverão estar expostas TODAS as modificações ocorridas.

4 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Os projetos de instalações de segurança contra incêndio e pânico, assim como o projeto de proteção de descargas atmosférica, deverão conter o dimensionamento e a distribuição dos componentes dos dispositivos de proteção contra incêndio, como válvulas, hidrantes, sprinklers, extintores, iluminação de emergência, como também hastes de aterramento do SPDA, representados pelas plantas baixas e legendas. Dimensionamento, especificação e desenho em escala ampliada de detalhes de encaixe, fixação e pré-fabricação de componentes.

O projeto de proteção e combate a incêndio e pânico deverá ser elaborado e aprovado pelos corpos de bombeiros locais, devendo estar em conformidade com as normas vigentes, em especial as NBR 7240, NBR 9077, NBR 12693, NBR 13714, NBR 10897/NB 1135, NBR 11836, NBR 13434, NBR 14100, NBR 14880 da ABNT, ou as que vierem substituí-las e complementá-las, Normas em vigor do Corpo de Bombeiros Local, ou outros órgãos municipais, estaduais e federais que por ventura vierem a Legislar sobre tal assunto.

4.1 FASE 01 – ANTEPROJETO

Consiste na concepção do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Sistema de Prevenção de Descargas Atmosféricas, a partir do conhecimento das características arquitetônicas e de uso da edificação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de combate, demanda de água, e pré-dimensionamento dos componentes principais, como reservatório, bombas de recalque, prumadas, tubulações e aterramento.

A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais. Nesta fase serão delineadas todas as instalações e equipamentos necessários ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.

Deverá ser executado o cadastramento e realizado o “layout” da situação existente para estudo e elaboração do objeto contratado. Não será fornecido projeto arquitetônico.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:



- Cadastro: planta geral da edificação para cada nível da construção, inclusive nível da rua e das coberturas em escala adequada, com indicação dos componentes dos sistemas, como tubulações horizontais e verticais, locação dos hidrantes internos e externos, chuveiros automáticos, válvula de retenção e alarme, extintores, bombas, reservatórios, registros de bloqueio e de recalque, válvulas de retenção e outros;
- relatório justificativo, conforme Prática Geral de Projeto, incluindo também a listagem das edificações e respectivas classes de ocupação e de risco.

4.2 FASE 02 – PROJETO BÁSICO

4.2.1 Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio

Consiste na definição, dimensionamento e representação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio aprovado no Anteprojeto, incluindo a localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demanda de água, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.

O Projeto Básico compreenderá a documentação necessária à apresentação e aprovação pelo Corpo de Bombeiros local e, se for exigido pelo Contratante, a documentação pertinente ao pedido de concessão dos descontos a que se refere o item 2 do artigo 16 da Tarifa de Seguro - Incêndio do Brasil do Instituto de Resseguros do Brasil.

O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- planta de situação, em escala adequada, com indicação das canalizações externas, inclusive redes existentes das concessionárias e outras de interesse;
- Cadastro: planta geral da edificação para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações, comprimentos, espessuras, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, especificações dos materiais básicos e outros;
- representação isométrica, em escala adequada, dos sistemas de hidrantes ou mangotinho, chuveiros automáticos, com indicação de diâmetros, comprimentos dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;—



- desenhos esquemáticos referentes à sala de bombas, reservatórios e abrigos; inclusive indicação de atendimento de reservatório existente considerando cálculo de demanda atual utilizada, ou indicação de novo reservatório com definição de local a ser instalado para atender exclusivamente ao sistema de hidrantes. Deverá ser apresentado memória de cálculo e dimensionamento do sistema hidráulico;

- desenhos esquemáticos referentes à instalação elétrica da iluminação de emergência, contendo detalhes de instalação, altura, tipo de luminária e infraestrutura (cabo, eletroduto, condutele e acessórios) para o correto funcionamento do sistema;

- quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;

- orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;

- relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.

4.2.2 Sistema de Descargas Atmosféricas

Deverão ser analisadas as condicionantes locais para que se obtenham todas as informações preliminares necessárias para o desenvolvimento do projeto. O projeto SPDA deverá contemplar a solução e o detalhamento das instalações de sistema de proteção contra descargas atmosféricas na edificação, contendo, no mínimo: cálculo e dimensionamento das malhas de aterramento e do SPDA com indicação objetiva de métodos, fórmulas e normas técnicas aplicáveis; legenda com os símbolos e abreviações adotados em cada prancha. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e legislação vigente.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- planta de situação, em escala adequada, com indicação das canalizações externas, inclusive redes existentes das concessionárias e outras de interesse;

- Cadastro: planta geral da edificação para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação quando possível das malhas de aterramento, detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução; especificações dos materiais básicos e outros;

- representação isométrica, em escala adequada, dos sistemas de descargas elétricas, diagrama esquemático com indicação de todos os elementos

interligados à malha de aterramento, incluindo aterramento elétrico e telecomunicações e outros;

- apresentar: memória de cálculo, memorial descritivo, lista de materiais completa e as especificações técnicas necessárias para a contratação e execução da obra.

- quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;

- orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;

- relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.

Os Projetos Básico PCI e SPDA deverão estar harmonizados com o layout existente, (condição atual de cadastro arquitetônico, estrutural e de instalações), observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

4.3 FASE 03 – PROJETO EXECUTIVO

Consiste no desenvolvimento das soluções propostas no Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Sistema de Prevenção de Descarga Atmosférica a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- plantas de situação e de cada nível da edificação, conforme projeto básico, com indicação dos detalhes de todos os dispositivos, suportes e acessórios;

- detalhes de execução ou instalação dos hidrantes, chuveiros automáticos, extintores, sinalizações, sala de bombas, reservatórios, abrigos e outros;

- detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e suporte da instalação, e das peças a ser embutidas;

- lista detalhada de materiais e equipamentos;

- relatório técnico conforme Prática Geral de Projeto.

- Outros que se fizerem necessários tanto para o entendimento e execução dos serviços projetados.

Além destes, deverão ser apresentados os seguintes produtos:

- dimensionamento das tubulações das redes de hidrantes e de sprinklers, se houver, com apresentação da memória de cálculo;
- dimensionamento e distribuição dos componentes dos dispositivos de proteção contra incêndio necessários e SPDA, como válvulas, hidrantes, extintores, iluminação de emergência e outros, representados pelas plantas baixas e legendas, com apresentação da memória de cálculo;
- dimensionamento, especificação e desenho em escala ampliado de detalhes de encaixe, fixação e pré-fabricação de componentes;
- cortes (longitudinais e transversais) quando necessário para atender as normas brasileiras aplicáveis e órgão aprovador corpo de bombeiros do estado da Bahia;
- Conter o detalhamento das instalações de acionamento de conjunto moto-bomba, se for o caso, e indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução;
- memorial descritivo dos elementos da edificação, dos serviços, das instalações prediais (aspectos arquitetônicos), dos componentes construtivos e dos materiais de construção;
- memorial quantitativo dos componentes construtivos e dos materiais de construção;
- arquivos dos softwares empregados.

Os projetos deverão compreender todos os serviços necessários à adequação da edificação às Normas e Leis vigentes, bem como todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra. A apresentação deverá constar todas as exigências do Corpo de Bombeiros, e atendimento a norma brasileira de instalações elétricas, incluindo o pagamento das taxas e cópias necessárias, será de responsabilidade da contratada, sendo pago em item específico no contrato.

Detalhes: todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão estar em condições de fácil entendimento em nível de execução. Deverão ser detalhados os sistemas de encaminhamento, quadros, montagens, posicionamento de equipamentos, salas de equipamentos e etc. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si.



5. NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

Os projetos de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:

Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

Normas da ABNT e do INMETRO:

NBR 6135 - Chuveiros Automáticos para Extinção de Incêndio - Especificação

NBR 9077 - Saídas de Emergência em Edifícios

NBR 17240 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos.

NBR 9441 - Execução de Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio

NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico

NBR 10897 - Proteção contra Incêndio por Chuveiro Automático - Procedimento

NBR 11742 - Porta Corta-Fogo para Saídas de Emergência

NBR 12693 - Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio

Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT;

NR 26 - Sinalização de Segurança

NR 23 - Proteção contra Incêndios


NBR 10898 - Sistema de iluminação de emergência;

NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

Normas e Diretrizes de Projeto do Corpo de Bombeiros Local Regulamento para a Concessão de Descontos aos Riscos de Incêndio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos; Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

As empresas licitantes deverão, antes da apresentação de sua proposta, fazer um levantamento de todas as taxas e despesas relativas aos órgãos e repartições públicas (licenças etc.), sendo que estes valores devem ser considerados em sua proposta de preços, mesmo quando não diretamente expresso no orçamento estimativo da Administração, não cabendo a solicitação posterior de aditivo pela CONTRATADA.



Para fins de recebimento, a unidade de medição será o metro quadrado (m²).

Salvador/BA, BA, 19 de fevereiro de 2021.



ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES—2º Ten OTT
Engenheira Civil – CREA/BA48.655-D
Adjunto da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E

Visto:



LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPAGNARO— Cap QEM FC
Chefe da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

PROJETO BÁSICO 22/2020
APÊNDICE 1B – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE

1 – INTRODUÇÃO

Este documento tem por finalidade estabelecer critérios básicos exigíveis para elaboração e entrega de projetos de acessibilidade em toda a área construída da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador, sediadas na cidade de Salvador-BA.

2 – NORMAS TÉCNICAS

Para confecção desse projeto, deverá ser seguido as exigências das Normas Técnicas da ABNT vigentes e demais normas pertinentes, bem como das Instruções Normativas e das demais normas aprovadas no âmbito da CONTRATANTE. Adicionalmente, deverá atender as exigências das concessionárias ou entidades administrativas responsáveis pela aprovação.

Além do projeto propriamente dito, deverá ser apresentado também as especificações técnicas, planilhas de quantitativos, memoriais descritivos do projeto que deverá ser de caráter executivo.

3 – FORMATOS, CARIMBO E QUADRO DE REVISÕES

Os formatos utilizados para as pranchas deverão, preferencialmente, seguir os padrões de pranchas da ABNT (A0, A1, A2, A3 e A4).

Escalas a serem utilizadas: 1:50 ou 1:100, detalhes 1:20 ou 1:25.

O carimbo deverá seguir o modelo fornecido pelo Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

O quadro de revisões de modificações deverá estar sempre atualizado e no campo da Descrição deverão estar expostas TODAS as modificações ocorridas.

4 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Os projetos de acessibilidade deverão conter o dimensionamento e a distribuição de componentes, critérios e parâmetros técnicos em diversas condições de mobilidade.

Dimensionamento, especificação e desenho em escala ampliada de detalhes de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistema e tecnologias.

O projeto de acessibilidade deverá ser elaborado em conformidade com as normas vigentes, em especial:

- ABNT NBR 9050, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 9077, Saídas de emergência em edifícios;
- ABNT NBR 10898, Sistema de iluminação de emergência;
- ABNT NBR 11785, Barra antipânico – Requisitos;
- ABNT NBR 15250, Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário;
- ABNT NBR 15599, Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços;
- ABNT NBR ISO 9386 (todas as partes), Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação;
- ABNT NBR NM 313, Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- Norma de outros órgãos municipais, estaduais e federais que por ventura vierem a legislar sobre tal assunto; e compatibilizado com o projeto Arquitetônico e Complementares.

4.1 FASE 01 – ANTEPROJETO

Consiste na concepção do Projeto de Acessibilidade, a partir do conhecimento das características arquitetônicas e de uso da edificação com emprego de soluções indicadas e normatizadas em literatura específica.

A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais. Nesta fase serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental. Ressaltando que as soluções pretendidas devem ir além da adaptação do

espaço físico livre de barreiras, caminhando no sentido da valorização da empatia entre o local e seu usuário.

Deverá ser executado o cadastramento e realizado o "layout" da situação existente para estudo e elaboração do objeto contratado. Não será fornecido projeto arquitetônico.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Cadastro: planta geral da edificação para cada nível da construção, inclusive nível da rua e das coberturas em escala adequada, com indicação dos componentes dos sistemas, como sinalização autoexplicativa, dispositivos visuais, dispositivos táteis, dispositivos sonoros, diagramação, rampas de acesso, corrimãos, guarda-corpos, plataformas de elevação, elevadores verticais ou inclinados, calçadas, louças e metais, banheiros e outros;

- relatório justificativo, conforme Prática Geral de Projeto, incluindo também a listagem das edificações;

O Anteprojeto deverá estar harmonizado com o layout existente, (condição atual de cadastro arquitetônico, estrutural e de instalações), considerando a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

4.2 FASE 02 – PROJETO BÁSICO

Consiste na definição, dimensionamento e representação do Sistema de Acessibilidade aprovado no Anteprojeto, incluindo a localização precisa dos dispositivos de acessibilidade, características técnicas dos equipamentos do sistema, demanda de acesso, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.

O Projeto Básico compreenderá a documentação necessária à apresentação e aprovação pela prefeitura local e, o que for exigido pelo Contratante.

O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:

- planta de situação, em escala adequada, com indicação dos dispositivos de acessibilidade e outras de interesse;

- planta geral para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação;
- plantas dos sistemas de sinalização;
- plantas dos dispositivos visuais, táteis e sonoros;
- plantas com indicação das rampas de acesso e faixas;
- planta de piso tátil de alerta e direcional (aonde se aplicar).
- plantas dos banheiros;
- diagramação e representação isométrica, em escala adequada, do sistema de acessibilidade;
- plantas das calçadas;
- desenhos esquemáticos referentes aos diversos dispositivos de acessibilidade;
- desenhos das plataformas de elevação;
- desenhos dos elevadores verticais ou inclinados;
- indicação na planta de estacionamento das vagas destinadas às pessoas com deficiência e idosos.
- quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
- relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.

O Projeto Básico deverá estar harmonizado com o layout existente, (condição atual de cadastro arquitetônico, estrutural e de instalações), observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção do sistema de acessibilidade.

4.3 FASE 03 – PROJETO EXECUTIVO

Consiste no desenvolvimento das soluções propostas no Projeto Básico, apresentando o detalhamento e representação a serem previstos para Acessibilidade da edificação, incluindo a localização precisa dos dispositivos de acessibilidade, características técnicas dos equipamentos do sistema, demanda de acesso, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.

O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com

especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:

- planta de situação, em escala adequada, com indicação dos dispositivos de acessibilidade e outras de interesse;
- Cadastro: planta geral da edificação para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação;
- plantas dos sistemas de sinalização;
- plantas dos dispositivos visuais, táteis e sonoros;
- plantas com indicação das rampas de acesso e faixas;
- planta de piso tátil de alerta e direcional (aonde se aplicar).
- plantas dos banheiros;
- diagramação e representação isométrica, em escala adequada, do sistema de acessibilidade;
- plantas das calçadas;
- desenhos esquemáticos referentes aos diversos dispositivos de acessibilidade;
- desenhos das plataformas de elevação;
- desenhos dos elevadores verticais ou inclinados;
- indicação na planta de estacionamento das vagas destinadas às pessoas com deficiência e idosos.
- quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
- relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.
- memorial quantitativo dos componentes construtivos e dos materiais de construção;
- memorial descritivo das possíveis adequações estruturais, caso sejam necessárias;
- Orçamentos e especificações técnicas no modelo do Comando do Grupamento de Engenharia, de tal maneira que, estejam em condições de serem licitados;

- arquivos dos softwares empregados.

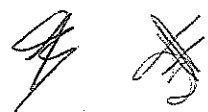
O projeto deverá compreender todos os serviços necessários à adequação da edificação às Normas e Leis vigentes, bem como todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra. A apresentação deverá constar todas as exigências da Prefeitura Local, incluindo o pagamento das taxas e cópias necessárias, sendo de responsabilidade da contratada, sendo pago em item específico no contrato.

Detalhes: todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão estar em condições de fácil entendimento em nível de execução. Deverão ser detalhados os sistemas de montagens; posicionamento de equipamentos, banheiros, rampas, etc. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si.

5. NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

Os projetos de Acessibilidade deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:

- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- Normas da ABNT e do INMETRO:
- Decreto 45.122, de 12 de Agosto de 2004 - Dispõe sobre a adequação à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico;
- NR 26 - Sinalização de Segurança;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos; Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

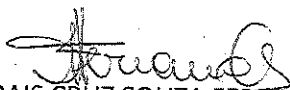


6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

As empresas licitantes deverão, antes da apresentação de sua proposta, fazer um levantamento de todas as taxas e despesas relativas aos órgãos e repartições públicas (licenças etc.), sendo que estes valores devem ser considerados em sua proposta de preços, mesmo quando não diretamente expresso no orçamento estimativo da Administração, não cabendo a solicitação posterior de aditivo pela CONTRATADA.

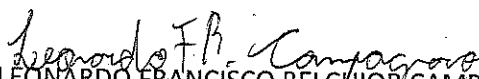
Para fins de recebimento, a unidade de medição será o metro quadrado (m²).

Salvador/BA, BA, 19 de fevereiro de 2021.



ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES – 2º Ten OTT
Engenheira Civil – CREA/BA 48.655-D
Adjunto da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E

Visto:



LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPAGNARO – Cap QEM FC
Chefe da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

APÊNDICE 2
ORÇAMENTO DESCRITIVO
(Processo Administrativo _____/2020-__)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
				REFERÊNCIA:		CUB/BA	
				BDI		17,72%	
ITEM	FASE	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.	PREÇOS (R\$)		
					UNITÁRIO	TOTAL	
1 - ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR (6ªRM)							
1.1		PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO	m²	21.143,84	R\$	2,76	R\$ 58.279,45
1.1.1	1ª Fase	Anteprojeto	und	1	R\$	8.741,92	R\$ 8.741,92
1.1.2	2ª Fase	Projeto Básico	und	1	R\$	20.397,81	R\$ 20.397,81
1.1.3	3ª Fase	Projeto Executivo	und	1	R\$	29.139,73	R\$ 29.139,73
				SUBTOTAL 1.1			R\$ 58.279,45
1.2		PROJETO DE ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	m²	13.895,42	R\$	5,51	R\$ 76.600,79
1.2.1	1ª Fase	Anteprojeto	und	1	R\$	11.490,12	R\$ 11.490,12
1.2.2	2ª Fase	Projeto Básico	und	1	R\$	26.810,28	R\$ 26.810,28
1.2.3	3ª Fase	Projeto Executivo	und	1	R\$	38.300,40	R\$ 38.300,40
				SUBTOTAL 1.2			R\$ 76.600,79
1.3		PROJETO DE SPDA	m²	17.090,70	R\$	2,09	R\$ 35.757,05
1.3.1	1ª Fase	Anteprojeto	und	1	R\$	5.363,56	R\$ 5.363,56
1.3.2	2ª Fase	Projeto Básico	und	1	R\$	12.514,97	R\$ 12.514,97
1.3.3	3ª Fase	Projeto Executivo	und	1	R\$	17.878,53	R\$ 17.878,53
				SUBTOTAL 1.3			R\$ 35.757,05
1.4		TAXAS					
1.4.1	1ª Fase	ART - Valor do contrato acima de R\$15.000,00	und	1	R\$	233,94	R\$ 233,94
1.4.2	2ª Fase	Serviços Despachante em Legalização Construção/Adequação no Município	und	1	R\$	2.320,00	R\$ 2.320,00
1.4.3	2ª Fase	Documento de Arrecadação Estadual (DAE) de análise de projeto do CBM-BA	und	1	R\$	18.366,48	R\$ 18.366,48
				SUBTOTAL 1.4			R\$ 20.920,42
SUBTOTAL ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR (6ªRM)							R\$ 191.557,71
SUBTOTAL PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO							R\$ 58.279,45
SUBTOTAL PROJETO DE ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS							R\$ 76.600,79
SUBTOTAL PROJETO DE SPDA							R\$ 35.757,05
SUBTOTAL TAXAS							R\$ 20.920,42
BDI							R\$ 33.944,03
TOTAL GERAL							R\$ 225.501,74

Salvador - BA, 19 de fevereiro de 2021

Aprovo:

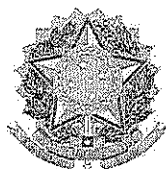
Realizado por:

Isis Morais Cruz Souza Fernandes

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES - 2ª Ten OTT
Engenheira Civil - CREA/BA 48.655D
Seção de Projetos do SRO/6 - 1ª Gpt E

Leonardo Francisco Belchior Campagnaro

LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPAGNARO - Cap
QEM FC - CREA/RJ 2011129810
Chefe da Seção de Projetos do SRO/6 - 1ª Gpt E

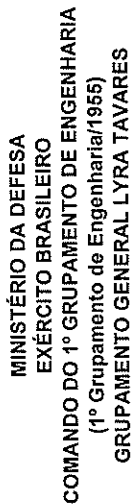


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

APÊNDICE 3
BONIFICAÇÃO DE DESPESA INDIRETA
(Processo Administrativo _____/2020-____)
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

APÊNDICE 3- CÁLCULO DE BONIFICAÇÕES DE DESPESA INDIRETA		
LOCAL: SALVADOR/BA		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
GRUPO A		4,30%
1	Administração Central - AC	3,45%
2	Risco - R	0,85%
GRUPO B		6,44%
3	Seguro de Risco de Engenharia e Garantia - SG	0,48%
4	Lucro Bruto - L	5,11%
5	Despesas Financeiras - DF	0,85%
GRUPO C		5,65%
6	ISS	2,00%
7	PIS	0,65%
8	COFINS	3,00%
9	AJUSTE DECORRENTE DA LEI 12.715/2012	0,00% sem desoneração
BDI	$BDI = \{ [((1+A) \times (1+B)) / (1-C)] - 1 \} \times 100$	17,72%
Fórmula para o cálculo do BDI:		
$BDI = ((1+(AC+SG+R)) \times (1+DF) \times (1+L)) / (1-C)$		
Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas) seguindo a mesma formulação adotada pela SRO/6.		
As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher.		

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES - 2º Ten OTT Eng
Engenheira Civil – CREA/BA 48.655D
Seção de Projetos do SRO/6 - 1º Gpt E




APÊNDICE 4
MEMÓRIA DE CÁLCULO
(Processo Administrativo _____/2020-_____)
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

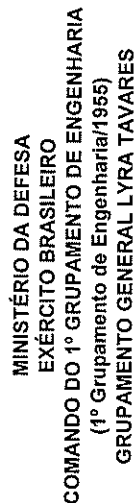
Salvador, 19 de fevereiro de 2021

Valor total dos projetos
R\$134.880,24

2021



SÍSIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES - 2ª Ten OTT
Engenhelra Civil – CREA/BA 48.655D
Adjunto da seção de projetos do SRO/6 - 1ª Gpt E




APÊNDICE 4
MEMÓRIA DE CÁLCULO
(Processo Administrativo _____/2020-_____)
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

ITEM* [1]	OM [2]	CIDADE/ ESTADO	CUB ADOTADO [3]	VALOR DO CUB "BÁSICO" (R\$/M²) [4]	FATOR DE IMPREV. [5]	ÁREA PARA ACESSIBILIDADE	ÁREA CONSTRUÍDA (M²) ** [7]	CUSTO DA CONSTRUÇÃO (R\$) [8]=[4]x[5]x[7]	FATOR PARA PROJETO ARQUIT. *** [9]	FATOR Adeq [10]	CUSTO DO PROJETO ARQUIT. (R\$) [11]=[8]x[9]x[10]	CUSTO UNITÁRIO ARQUIT. (R\$/M²) [12]=[11]/[7]	CUSTO DO PROJETO SPDA (R\$) [13]=10%x[11]	CUSTO UNITÁRIO PROJETO SPDA (R\$/M²) [14]=[13]/[7]	Colunas1	Colunas2
1	EsFCEX/CMS	SALVADOR-BA	CSL-8	1.543,80	1,15	-	17.090,70	30.342.316,06	3,06%	0,55	510.814,94	29,89	35.757,05	2,09219		
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
												29,89	35.757,05	2,09		

Salvador, 19 de fevereiro de 2021

Valor total dos projetos
R\$35.757,05


 ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES – 2ª Ten OTT
 Engenharia Civil – CREA/BA 48.655D
 Adjuento da seção de projetos do SRO/6 - 1ª Gpt E



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 1º GRUPO DE ENGENHARIA
(1º Grupo de Engenharia/1955)
GRUPO GERAL LYRA TAVARES
APÊNDICE 5

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																		
SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS																		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	TEMPO												TOTAL POR ITEM	TOTAL POR ITEM C/ BDI		
		VALOR	MÊS 01			MÊS 02			MÊS 03			MÊS 04						
1.	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (EPCV/CHS)																	
	Anteprojeto	R\$ 8.741,92	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%		R\$ 8.741,92	R\$ 10.290,99		
	Projeto Básico	R\$ 20.397,81													R\$ 20.397,81	R\$ 24.012,30		
	Projeto Executivo	R\$ 28.139,73													R\$ 28.139,73	R\$ 34.309,28		
2.	PROJETO DE ACESSIBILIDADE A EDIF. MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS (EPCV/CHS)																	
	Anteprojeto	R\$ 11.490,12	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%		R\$ 11.490,12	R\$ 13.526,17		
	Projeto Básico	R\$ 26.810,28													R\$ 26.810,28	R\$ 31.551,06		
	Projeto Executivo	R\$ 38.300,40													R\$ 38.300,40	R\$ 45.087,22		
3.	PROJETO DE SDA (EPCV/CHS)																	
	Anteprojeto	R\$ 5.363,56	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%		R\$ 5.363,56	R\$ 6.313,98		
	Projeto Básico	R\$ 12.514,97													R\$ 12.514,97	R\$ 14.732,62		
	Projeto Executivo	R\$ 17.878,53													R\$ 17.878,53	R\$ 21.046,60		
4.	TAXAS																	
	ART - VALOR DO CONTRATO ACIMA DE R\$15.000,00	R\$ 233,94	100,0%												R\$ 233,94	R\$ 275,19		
	SERVIÇOS DESPACHANTE EM LEGALIZAÇÃO CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO	R\$ 2.320,00													R\$ 2.320,00	R\$ 2.731,10		
	DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL (DAE) DE ANÁLISE E/OU VISTORIA DO CBM-BA	R\$ 18.356,48													R\$ 18.356,48	R\$ 21.621,02		
TOTAL		R\$ 191.557,71															TOTAL	TOTAL
TOTAL POR MÊS			R\$ 19.430,64			R\$ 19.430,64			R\$ 19.430,64			R\$ 19.430,64			R\$ 78.319,75			
PERCENTUAL ACUMULADO			10,1%			36,9%			78,1%			100,0%			R\$ 42.016,14			
TOTAL ACUMULADO			R\$ 19.430,64			R\$ 70.631,82			R\$ 149.543,57			R\$ 191.557,71			R\$ 223.586,90			


Salvador - BA, 19 de fevereiro de 2021

Realizado por:

Leonardo Francisco Belchior Campesano
LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPESSANO - Cap. EM TC
CREA RJ 201122810
Engenheiro Civil - CREABEA 48.665D
Adjunto da seção de projetos do SRO/6 - 1º Gpl E

Aprova:

Leonardo Francisco Belchior Campesano
LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPESSANO - Cap. EM TC
CREA RJ 201122810
Chefe da seção de projetos do SRO/6 - 1º Gpl E

	<p align="center"> MINISTERIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA (1º Grupamento de Engenharia / 1955) “GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES” SERVIÇO REGIONAL DE OBRAS/6 </p>	<p align="center"> PB 22_2020 Nº OPUS: 201906000011 APÊNDICE 6 MEMORIAL JUSTIFICATIVO </p>
---	---	--

**ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA INSTALAÇÕES
 DE COMBATE A INCÊNDIO E ACESSIBILIDADE, NA ESCOLA DE FORMAÇÃO
 COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR**

A elaboração de estudos e projetos básicos e executivos para instalação de combate a incêndio e acessibilidade da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador tem objetivo de adequar as suas instalações de Combate a Incêndio, em conformidade com o Decreto nº 16302, de 27 de agosto de 2015, que estabelece normas e medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações, estruturas e áreas de risco no Estado da Bahia, e Lei nº 12.929/2013 para a aquisição do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros), assim como adequação a norma de acessibilidade NBR 9050/2015 de forma a garantir a mobilidade e utilização de suas instalações por Portadores de Necessidades Especiais.


Conforme o PDOM a adequação da organização militar identificada no OPUS com o código BA06-0027.

O estudo proposto consiste em contratação de empresa especializada para execução de projeto e obtenção de aprovação, e atestado do órgão estadual responsável de forma atender as normas estaduais vigentes.

Salvador/BA, 13 de julho de 2020.



ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES – 2º Ten OTT
 Engenheira Civil – CREA/BA 48.655-D
 Adjunto da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E

	MINISTERIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA (1º Grupamento de Engenharia / 1955) "GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES" SERVIÇO REGIONAL DE OBRAS/6	PB 22_2020	REV-01
		APENDICE 7	
		Nº OPUS: 201906000011	FOLHA-RESUMO DE DADOS RELATIVO À APROVAÇÃO DO PROJETO

**ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS
PARA INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E ACESSIBILIDADE,
NA ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE
SALVADOR (6ª RM)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a. Finalidade:

1) Designação da Obra: **ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E ACESSIBILIDADE, NA ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR DA 6ª REGIÃO MILITAR.**

2) Número da Obra: 201906000011 OPUS

b. Dados Gerais do Orçamento da Obra:


- 1) Custo Total do Projeto sem BDI (R\$): **191.557,71**
- 2) BDI adotado (%): **17,72**
- 3) BDI (R\$): **33.944,03**
- 4) Custos Adicionais (R\$): **0,00**
 - a) Mobilização (R\$): **0,00**
 - b) Desmobilização (R\$): **0,00**
 - c) Equipamento sem BDI (R\$): **0,00**
- 5) BDI adotado para equipamento (%): **0,00**
- 6) BDI Equipamento (R\$): **0,00**
- 7) Custo Líquido do Projeto (R\$): **225.501,74**
- 8) Área Equivalente de Construção (m²): **21.143,84**
- 9) Custo Unitário do Projeto com BDI (R\$): **10,66**
- 10) Custo Unitário do Projeto sem BDI (R\$): **9,06**

c. Aprovação Anterior:

Não houve.

2. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Não há.



Salvador/BA, 19 de fevereiro de 2021.

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES – 2º Ten OTT
Engenheira Civil – CREA/BA 48.655-D
Adjunto da Seção de Projetos do SRO/6 – 1º Gpt E



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(1º Grupamento de Engenharia/1955)
GRUPAMENTO GENERAL LYRA TAVARES

APÊNDICE 8

ETAPA 1: ESTUDOS PRELIMINARES DE CONTRATAÇÃO

DEFINIÇÃO DO ESCOPO DO ESTUDO PRELIMINAR

O presente documento foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 5 de 25 de maio de 2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que trata sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

De acordo com o Capítulo III, Seção II, Art. 24., parágrafos 1º e 2º de tal instrução normativa, o estudo preliminar deve conter, obrigatoriamente:

- I. Necessidade da contratação;
- II. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;
- III. Estimativas de preços ou preços referenciais;
- IV. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto;
- V. Declaração da viabilidade ou não da contratação.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (MEMÓRIA JUSTIFICATIVA)

A elaboração de estudos e projetos básicos e executivos para instalação de combate a incêndio e acessibilidade no Batalhão tem intuito de adequar as suas instalações de Combate a Incêndio, em conformidade com o Decreto nº 16302, de 27 de agosto de 2015, que estabelece normas e medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações, estruturas e áreas de risco no Estado da Bahia, e Lei nº 12.929/2013 para a aquisição do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de

Bombeiros), assim como adequação a norma de acessibilidade NBR 9050/2015 de forma a garantir a mobilidade e utilização de suas instalações por Portadores de Necessidades Especiais.

Conforme o PDOM a adequação da organização militar identificada no OPUS com o código BA06-0027.

O estudo proposto consiste em contratação de empresa especializada para execução de projeto e obtenção de aprovação, e atestado do órgão estadual responsável de forma atender as normas estaduais vigentes.

II –ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

As quantidades estimadas dos serviços, mão de obra dentre outros, que compõem o orçamento do serviço em questão, foram levantadas “in loco” pela SRO6. Abaixo, segue levantamento de dados da OM a ser considerada:

EsFCEX/CMS				
ITE M	IDENTIFICAÇÃO	ÁREA (m²)	Coefficiente de Homogeneizaçã o	Área Homogeneizada (m²)
1	PAVILHÃO DE COMANDO	890,00	1,00	890,00
2	PAVILHÃO MARIA QUITÉRIA	1.264,00	0,80	1.011,20
3	PAVILHÃO DUQUE DE CAXIAS	6.120,00	0,70	4.284,00
4	PAVILHÃO ALMIRANTE TAMANDARÉ	5.112,00	0,70	3.578,40
5	PAVILHÃO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (RANCHO)	4.531,40	0,80	3.625,12
6	GINÁSIO POLIESPORTIVO	1.549,00	0,70	1.084,30
7	PISCINA/VESTIÁRIO DA PISCINA	1.090,00	0,40	436,00
8	ESTANDE TIRO DE INSTRUÇÃO	2.950,00	0,40	1.180,00
9	BANDA DE MUSICA	211,00	0,70	147,70
10	ADM SEÇÃO ED FISICA - SEF	227,00	0,40	90,80
11	DEPOSITO - SEF	56,00	0,30	16,80
12	MANUTENÇÃO DE VTR/ SERVIÇOS GERAIS	935,00	0,40	374,00
13	GARAGEM	1.700,00	0,30	510,00
14	PAVILHÃO SGT MARQUES	4.400,00	0,80	3.520,00
15	PAVILHÃO PROFESSOR ARISTIDES FRAGA LIMA	-	0,80	-
16	CANTINA CMS	80,00	0,70	56,00

17	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES	97,00	0,60	58,20
18	CORPO DA GUARDA (EsFCEEx e CMS)	280,00	0,70	196,00
19	QUIOSQUES	124,41	0,30	37,32
20	CASA DE BOMBA	60,00	0,40	24,00
21	SUBESTAÇÃO CMS	30,00	0,40	12,00
22	SUBESTAÇÃO EsFCEEx	30,00	0,40	12,00
	Total	31.736,81	0,67	21.143,84
Área a ser considerada para o projeto de combate a incêndio				21.143,84
Área a ser considerada para o projeto de acessibilidade				13.895,42

Área a ser considerada para o projeto de SPDA		
ITEM	IDENTIFICAÇÃO	ÁREA (m²)
1	PAVILHÃO DE COMANDO	890,00
2	PAVILHÃO MARIA QUITÉRIA	880,00
3	PAVILHÃO DUQUE DE CAXIAS	1.530,00
4	PAVILHÃO ALMIRANTE TAMANDARÉ	5.112,00
5	PAVILHÃO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (RANCHO)	2.265,70
6	GINÁSIO POLIESPORTIVO	1.549,00
7	PISCINA/VESTIÁRIO DA PISCINA	-
8	ESTANDE TIRO DE INSTRUÇÃO	295,00
9	BANDA DE MUSICA	211,00
10	ADM SEÇÃO ED FISICA - SEF	227,00
11	DEPOSITO - SEF	56,00
12	MANUTENÇÃO DE VTR/ SERVIÇOS GERAIS	935,00
13	GARAGEM	1.700,00
14	PAVILHÃO SGT MARQUES	1.100,00
15	PAVILHÃO PROFESSOR ARISTIDES FRAGA LIMA	-
16	CANTINA CMS	-
17	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES	-
18	CORPO DA GUARDA (EsFCEEx e CMS)	280,00

19	QUIOSQUES	-
20	CASA DE BOMBA	-
21	SUBESTAÇÃO CMS	30,00
22	SUBESTAÇÃO EsFCEX	30,00
	Total	17.090,70

III – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Os preços de referência adotados para elaboração do projeto seguem a tabela CUB/BA do Sinduscon, e Tabela de Honorários Profissionais disponibilizados pelo SENGE-BA, que estabelece as regras e os critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, para obtenção de referência de custo. Isso incorre na garantia de preços coerentes e legais que, associados aos quantitativos levantados através de uma memória de cálculo, culminam em um valor adequado para o orçamento total. O cálculo do BDI segue apresentado no Apêndice 3.

O objeto de contratação tem base legal na Ação Orçamentária 219D (Adequação de Organizações Militares) que se refere a adequação das unidades militares com a finalidade de estabelecer uma adequada infraestrutura operacional e de apoio pessoal, envolvendo obras de ampliação, recuperação, reparação, reforma, adequação de instalações e pequenas construções em organizações militares existentes. As ações serão conduzidas pelo departamento de Engenharia e Construção do Exército, sob supervisão do Estado-Maior do Exército, das auditorias realizadas pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIE) e demais órgãos de controle.

IV – JUSTIFICATIVA PARA ONÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

De acordo com § 1º do Artigo 23 da Lei 8.666/93, o parcelamento de obras, serviços e compras efetuadas pela administração é recomendado perante a comprovação de viabilidade técnica e econômica.

Para o serviço em questão, conforme justificativas apresentadas no Apêndice 1, atentando ao artigo supracitado e à Súmula nº 247 do TCU, verificaram-se a inviabilidade técnica e econômica e que o parcelamento não melhorará o emprego dos recursos públicos.

V – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a Administração tem por obrigação atender às demandas das instituições federais no que tange à legislação vigente sobre a prevenção e ao combate a incêndios, visando, em caso de sinistro, proteger a vida de seus servidores, prestadores de serviços, usuários bem como seu patrimônio e objetivando a redução de consequências em caso de sinistro além dos danos ao patrimônio público e ao meio ambiente, assim torna-se necessária a elaboração dos projetos de adequação das edificações, em conformidade com a legislação vigente sobre prevenção e combate a incêndio.

Por fim, declara-se que a contratação do respectivo Serviço se demonstra viável, visto que: atende à necessidade atual da OM, conforme explicitado acima; apresenta orçamento realizado com quantitativos levantados através de memorial de cálculo e custos legais, baseando-se em tabelas referenciais de custos indicadas por decretos.

ETAPA 2: ANÁLISE DE RISCOS

No curso da contratação em tela, assim como em toda contratação, vislumbra-se a possibilidade de ocorrência de eventos negativos (riscos) que podem frustrar ou dificultar o atingimento do objetivo pretendido. O gerenciamento de riscos aqui implementado tem por finalidade mitigar a possibilidade de ocorrência desses eventos negativos.

Cabe ressaltar que não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os inerentes ao processo que permeia até a formalização da contratação.

Sendo assim, a seguir serão apresentados os principais riscos levantados pela Equipe de Planejamento da Contratação.

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta

Dano

Não seria possível a contratação, o que acarretaria os prejuízos citados na Memória Justificativa citada no início deste documento.

Ação Preventiva	Responsável
-----------------	-------------

Buscar base no Planejamento Estratégico da instituição, conforme item II dos estudos preliminares	Equipe de Planejamento da Contratação
---	---------------------------------------

Ação de Contingência	Responsável
----------------------	-------------

Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados	Equipe de Planejamento da Contratação
---	---------------------------------------

Risco 02 – Especificação insuficiente para os serviços			
--	--	--	--

Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
----------------	-----------	-------------	----------

Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
----------	-----------	-------------	----------

Dano

Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.

Ação Preventiva	Responsável
-----------------	-------------

Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço.	Equipe de Planejamento da Contratação
---	---------------------------------------

Ação de Contingência	Responsável
----------------------	-------------

Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização
--	------------------------

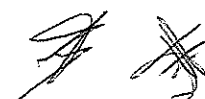
Risco 03 – Atraso na conclusão da licitação			
---	--	--	--

Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
----------------	-----------	-----------	------------

Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
----------	-----------	-----------	------------

Dano

Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento dos Serviços de Reparação/Recuperação Estrutural no Subsolo e Impermeabilização do Pátio e da Laje de Cobertura do Comando Militar do Nordeste.



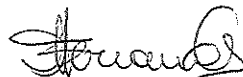
Ação Preventiva	Responsável
Na abertura das propostas, prevendo-se frequentes recusas de propostas, nomeação de mais pessoas para apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica	Equipe de Planejamento e Chefe do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos, bem como Presidente da Comissão Permanente de Licitação da EsFCEx
Ação de Contingência	Responsável
Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia.	Equipe de Planejamento e Pregoeiro(a) responsável

Risco 04 – Recursos administrativos procedentes			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			

Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.


Ação Preventiva	Responsável
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco.	Área técnica de análise de propostas.
Ação de Contingência	Responsável
Análise junto ao Pregoeiro(a) quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.	Equipe de Planejamento

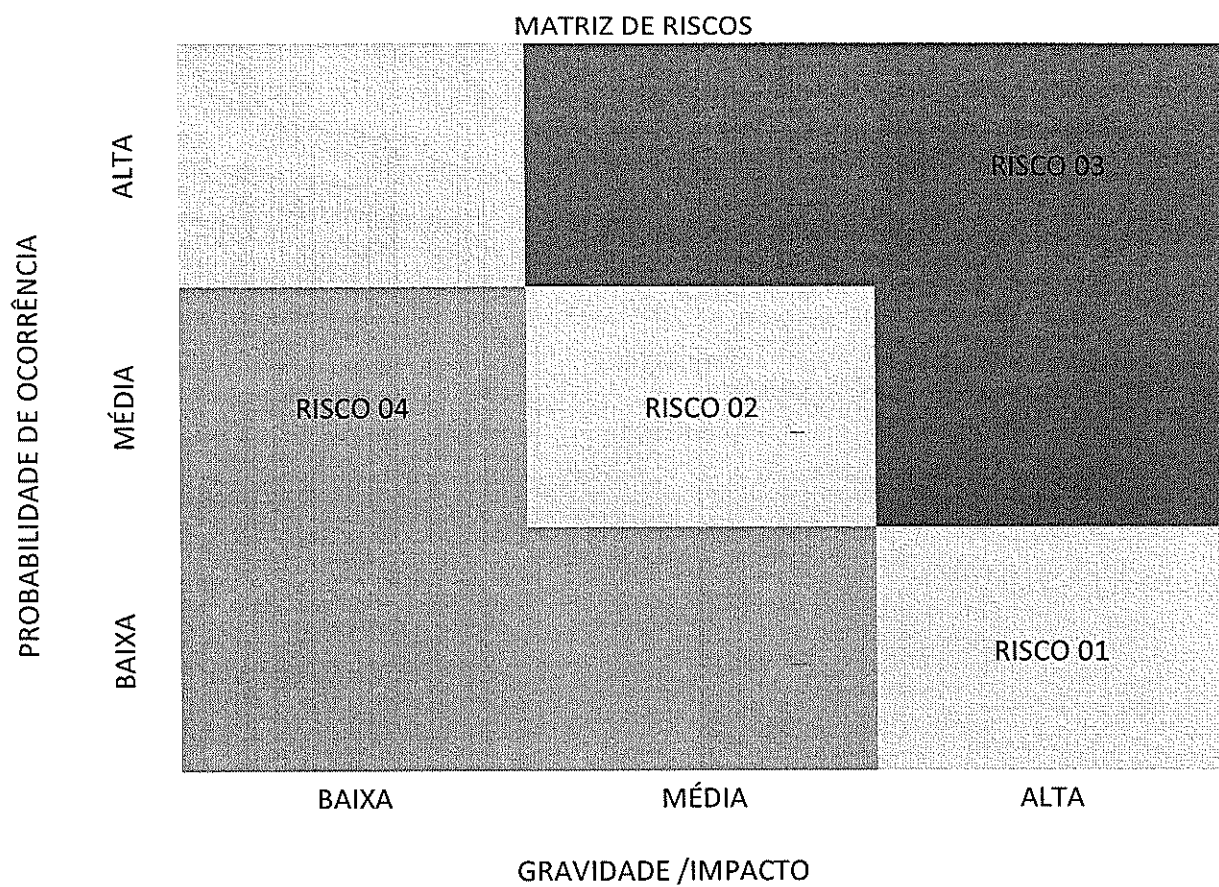
Salvador/BA, 19 de fevereiro de 2021.



ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES - 2º Ten
Adjunto SRO6/1º Gpt E - Engenheira Civil
CREA 48655 BA

VISTO:


LEONARDO FRANCISCO BELCHIOR CAMPAGNARO – Cap QEM FC
Chefe da Seção de Projetos SRO6/1º Gpt E



**Êspecial atenção deve ser dada aos riscos classificados nos quadrantes VERMELHOS.*



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20200330653

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES

Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL

RNP: 0500693749

Registro: 48655BA

2. Dados do Contrato

Contratante: COMANDO DO 1 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

Complemento:

Cidade: JOÃO PESSOA

Bairro: TAMBAUZINHO

UF: PB

CPF/CNPJ: 07.541.172/0001-11

Nº: 2205

CEP: 58030000

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 1,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

RUA TERRITÓRIO DO AMAPÁ, QUARTEL DO EXERCITO

Nº: 455

Complemento:

Cidade: SALVADOR

Data de Início: 02/06/2020

Previsão de término: 28/08/2020

Bairro: PITUBA

UF: BA

CEP: 41830540

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

Código: Não Especificado

Proprietário: ESCOLA DE FORMACAO COMPLEMENTAR DO EXERCITO

CPF/CNPJ: 10.339.838/0002-49

4. Atividade Técnica

12 - Execução

90 - Elaboração de Orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS > SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS > #190 - ACESSIBILIDADE - ADEQUAÇÃO OBRA/SERVIÇO

Quantidade

1,00

Unidade

un

90 - Elaboração de Orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS > SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS > #663 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

1,00

un

17 - Elaboração

25 - ESPECIFICACAO > CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS > SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS > #190 - ACESSIBILIDADE - ADEQUAÇÃO OBRA/SERVIÇO

Quantidade

1,00

Unidade

un

25 - ESPECIFICACAO > CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS > SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS > #663 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

1,00

un

24 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS > SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS > #170 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM EDIFICAÇÕES

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO BÁSICO 22_2020-Contrat. Projeto contra Incêndio e Acessibilidade da EsFCEX e Colégio Mil de Salvador

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SALVADOR 23 de JULHO de 2020

Local

data

ISIS MORAIS CRUZ SOUZA FERNANDES - CPF: 819.182.915-00

COMANDO DO 1 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - CNPJ:

07.541.172/0001-11

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3bxwx
 Impresso em: 28/07/2020 às 10:10:59 por: ip: 177.8.94.4

www.crea-ba.org.br

Tel: (71) 3453-8990

creaba@creaba.org.br

Fax: (71) 3453-8989





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20200330653

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em: 27/07/2020

Valor pago: R\$ 88,78

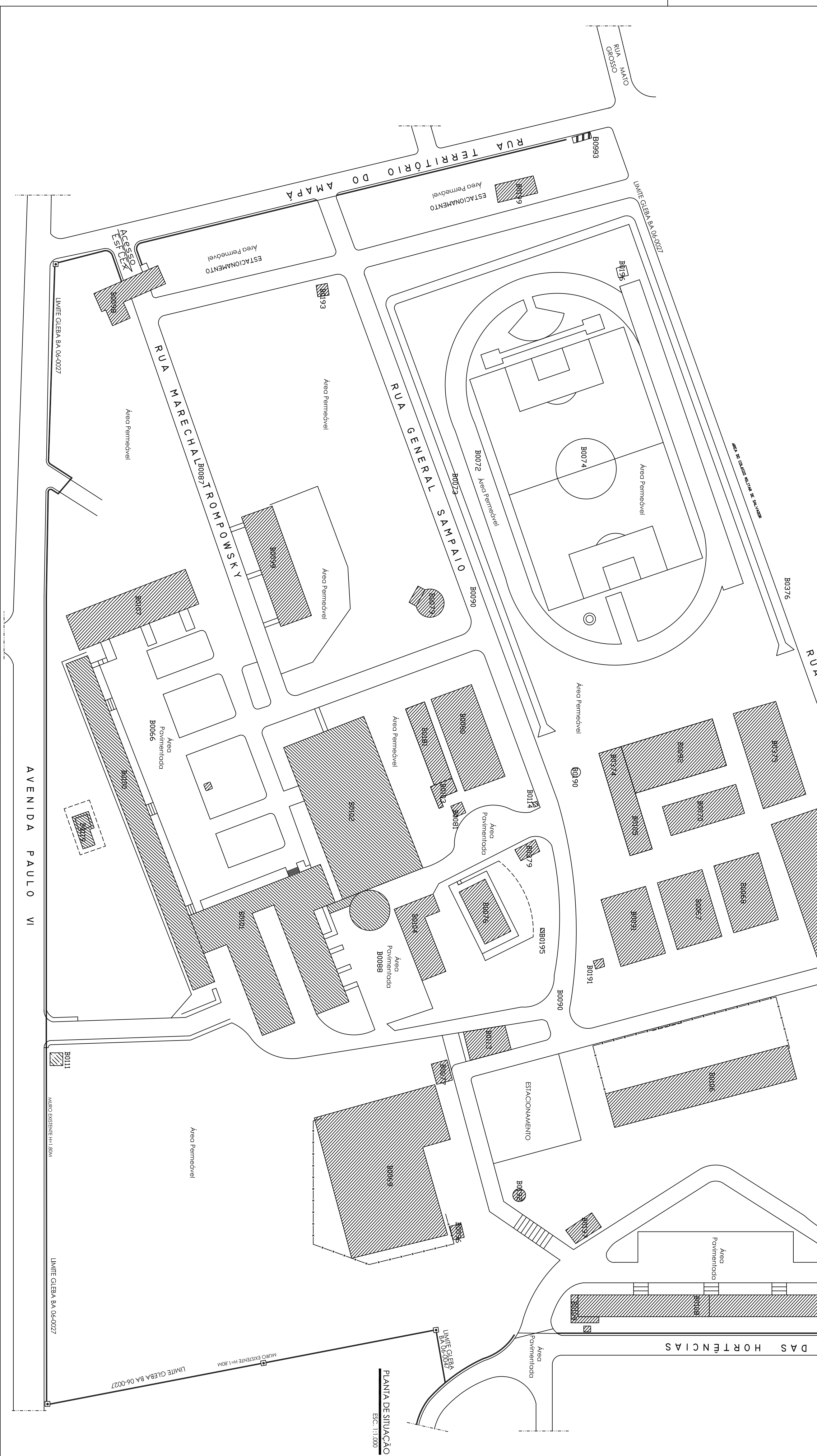
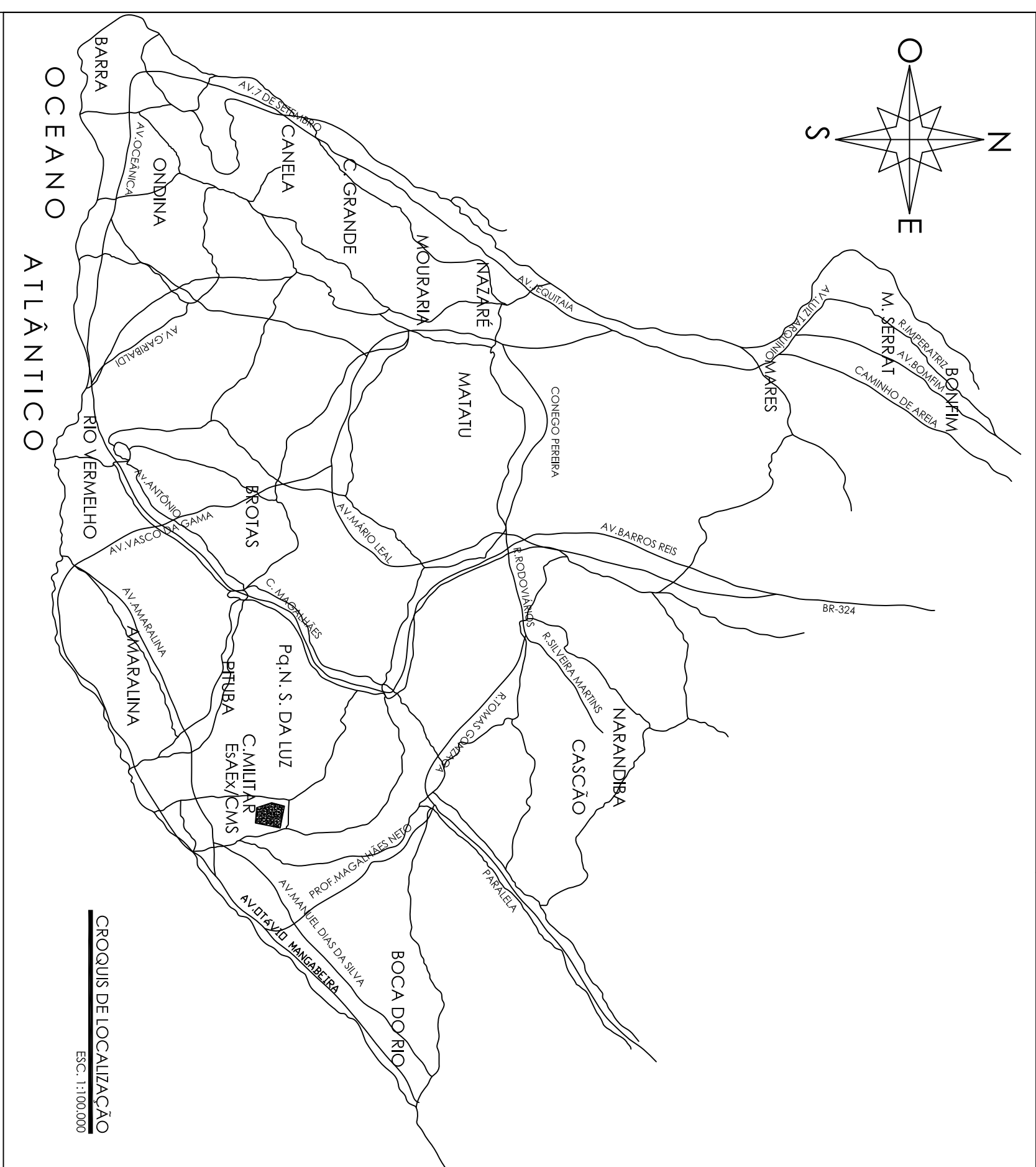
Nosso Número: 51784392

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3bxwx
Impresso em: 28/07/2020 às 10:11:10 por: , ip: 177.8.94.4

www.creaba.org.br
Tel: (71) 3453-8990

creaba@creaba.org.br
Fax: (71) 3453-8989



[illegible]

QUADRO DE MODIFICAÇÕES				
L	DATA	DESCRIÇÃO	RESP.	VISTO
A				
B				
C				
D				

PROTOCOLO DOM		APROVO DOM	
Modelo	DEC	DOM	ANO
SRO/6	2020	PD	01
LOCAL: PIRUBA – SALVADOR – BAHIA		FOLHA	
OK: EGECEJ/CMS INSTALAÇÕES PARA PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E ACESSIBILIDADE PRANCHA PLANTA DE SITUAÇÃO		DATA: MAIO/2020 DIM: METROS ESC: INDICADA	
AUTOR		ESP:	
ONDE GUERREIRO NASCIMENTO – 1ª TEN OTT ARO CH SRO/6 CH SÇ PROJETO LERNANDO FRANCISCO BELCHER CAMARGO – CAP 004 R/C		VISTO AUTOR: VISTO CH SÇ PROJETO VISTO CH SRO/6	
CH SRO/6 ARTUR SARAIVA BRITO – CEL R1		ARQUIVO: P004-2020-000046	